

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**JÉSSICA CELESTINA DE SOUZA**

**FUNÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ATUAÇÃO DO  
PROFISSIONAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

VOLTA REDONDA  
2019

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**FUNÇÃO SOCIAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ATUAÇÃO DO  
PROFISSIONAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Física – Bacharelado do Centro Universitário de Volta Redonda como requisito à obtenção do título de bacharel em Educação Física.

Aluna:

Jéssica Celestina de Souza

Orientadora:

Prof. Dra. Maria Cristina Tommaso de Carvalho

Coorientadora: Maria Isabel Fagundes Alves de Oliveira

Volta Redonda  
2019

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aluna:

Jéssica Celestina De Souza

**FUNÇÃO SOCIAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ATUAÇÃO DO  
PROFISSIONAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Orientadora:

Prof. Dra. Maria Cristina Tommaso de Carvalho

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Maria Cristina Tommaso de Carvalho

---

Prof. Dr. Silvio Henrique Vilela

---

Prof. Me. Rodolfo Guimarães Silva

Dedico esse trabalho a minha mãe Maria Celestina por acreditar e investir em mim, que com seus cuidados me deram esperança para seguir em frente e chegar até aqui. Ao meu pai Júlio Cesar que é luz em minha vida há 16 anos de sua partida.

Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui, por ser meu refúgio e minha fortaleza em todos os momentos. A prof. <sup>a</sup> orientadora Maria Cristina e minha coorientadora Bel pela paciência, apoio e pelos ensinamentos e por toda ajuda durante esses meses de construção deste trabalho. Por fim, a toda a minha família e meus amigos por se orgulhar de mim e acreditar no

meu potencial.  
**RESUMO**

Denominam-se profissionais aqueles para cujo trabalho é requerido algum tipo de educação superior que enfatiza a teoria e as abstrações verbais e têm autonomia e arbítrio consideráveis na realização de seu trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a graduação em Educação Física orientam os conteúdos e as formas desta formação. Da mesma forma, o Código de Ética da profissão orienta a conduta adequada ao exercício profissional. Observa-se que o Profissional de Educação Física atua em diversos locais, incluindo aqueles nos quais se desenvolvem ações de assistência social. Neste sentido, buscou-se compreender a prática do Profissional de Educação Física com sua possível função social tomando como referência a análise da ação social apresentada por Weber, pois pretendeu compreender uma ação social a partir de suas regularidades, e a análise da atuação do Profissional de Educação Física no Centro de Referência de Assistência Social indicada por Durkheim por meio da observação e da compreensão de tais ações a partir de suas possíveis causas ou razões utilizando como procedimentos técnicos a revisão da literatura e a pesquisa de campo com o objetivo de i - analisar as DCNs e o Código de Ética da Educação Física à luz do termo “social” e suas derivações, ii – observar e identificar as atividades do Profissional de Educação Física (PEF) inserido nas ações sociais previstas em programas públicos da assistência social e iii- entrevistas com profissionais atuantes no CRAS de Volta Redonda. Foi possível observar uma significativa associação entre a prática profissional do Profissional de Educação Física no CRAS de Volta Redonda e sua função legitimamente social. Percebe-se que a importância do Profissional de Educação Física no Centro de Referência e Assistência Social vai além daquela de proporcionar a prática de atividade física, mas de incentivar as famílias que ali frequentam, desenvolvendo ações sociais legitimadas ao exercício profissional não apenas quando atua na assistência social, mas, ao que parece, em toda sua formação e em seu exercício profissional.

Palavras Chave: Função Social, Assistência Social, Educação Física

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	1
2. METODOLOGIA.....	2
3- ANÁLISES DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DO CÓDIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO À LUZ DO CONCEITO DE FUNÇÃO SOCIAL.....	8
4. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.....	14
5. ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: percepções do campo.....	19
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	22
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25





## **Função social do Profissional de Educação Física: atuação do profissional no Centro de Referência de Assistência Social**

### **1- INTRODUÇÃO**

As profissões dominam nosso mundo, tratam nossos corpos, medem nosso desempenho, salvam nossas almas. (ABBOTT, 1987)

Denominam-se profissionais aqueles para cujo trabalho é requerido algum tipo de educação superior que enfatiza a teoria e as abstrações verbais e têm autonomia e arbítrio consideráveis na realização de seu trabalho. Abbott (1987) refere-se aos profissionais como um crescente segmento da força de trabalho que caracteriza a sociedade futura. Para o autor os trabalhadores da sociedade pós-industrial são tão produtivos quanto os operários fabris, entretanto são educados por longos períodos de treinamento e cercados por uma mística chamada de esoterismo em torno da complexidade das tarefas que executam. Estes trabalhadores diferenciam-se dos trabalhadores das indústrias em virtude da organização ocupacional fundada na socialização profissional e não apenas na socialização do emprego que ocupam como no caso do sindicalismo.

O autor discute o lugar e a posição do profissional na sociedade e define suas características e seus atributos básicos. Para ele a formação profissional caracteriza-se pelo longo período de educação formal ou institucional, pelo conhecimento especial, abstrato e teórico e pela competência especial no exercício de tarefas com discernimento complexo. Estas características dariam aos profissionais a capacidade de controlar os termos, as condições e o conteúdo de seu trabalho nos locais onde o realizam.

Neste sentido, é possível relacionar a territorialidade da ação profissional com a essência própria de sua ação? Aquele profissional que atua em campo profissional alheio poderá contrair habilidades e competências especiais deste campo? Mais especificamente, ao atuar no campo da ação social, o Profissional de Educação Física estará exercendo uma função social?

Considerando que a formação profissional e as normas de conduta da categoria prescrevem, explicitamente, a função de uma categoria, este estudo pretendeu: i - analisar tais documentos à luz do termo “social” e suas derivações, ii – observar e identificar as atividades do Profissional de Educação Física (PEF) inserido nas ações sociais previstas em

programas públicos da assistência social, a fim de compreender sua função social e iii - entrevistar profissionais atuantes no CRAS de Volta Redonda.

Mas o que é função social? Embora as ciências sociais e a sociologia, mais especificamente, tenham se debruçado sobre os fenômenos sociais produzindo diversos termos que os descrevam, o termo 'função social' não foi identificado durante a elaboração deste trabalho. Assim, diante da importância da determinação do conceito sobre o qual este estudo se debruça, inicia-se pela tentativa de compreender a função social.

Na sequência, apresentam-se as análises das recentes Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Educação Física e do Código de Ética da categoria profissional a partir da inserção do termo "social" em seus conteúdos e do conteúdo das entrevistas com profissionais atuantes no Centro de Referência da Assistência Social de Volta Redonda (CRAS).

## 2. METODOLOGIA

A compreensão das relações sociais não é tarefa simples posto que a subjetividade das relações humanas se coloca por si mesma um problema. A sociologia busca em Max Weber (Erfurt, Alemanha, 1864-1920) e Emile Durkheim (Épinal, França, 1858-1917) apoio em seus *métodos* sociológicos cujas perspectivas são diferentes. Durkheim toma como método a observação e a experimentação, que se dá a partir da análise comparativa, ou seja, faz-se a análise das diversas sociedades as quais devem ser comparadas entre si posteriormente. Ao tratar os fatos sociais como coisas, Durkheim (2003, p.2) diz que "são maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais", e tentou mostrar que o cientista precisa romper com qualquer noção *a priori*, sendo necessário, para isso, desde o começo da pesquisa sobre a sociedade, o abandono dos juízos de valores que são próprios ao sociólogo, exigindo-lhe a neutralidade e uma total separação entre o sujeito que estuda e o objeto estudado como pretendem as ciências naturais. Para Durkheim um fenômeno social deve estar fora do indivíduo e exprimir um estado da alma coletiva:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria que independe de suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 2003 p. 9)

Entretanto, para Weber, na medida em que a realidade é infinita e quem a estuda o faz por meio de um recorte para explicá-la, o recorte feito é resultado de uma escolha de alguém cujo juízo de valor aparece no momento da definição do tema de estudo, comprometendo a completa objetividade pretendida por Durkheim.

Quanto ao *objeto* de estudo sociológico, ao comparar Durkheim e Weber, o primeiro afirma que a Sociologia, para ser chamada de ciência, deve estudar os  *fatos sociais*, que são: gerais, exteriores e coercitivos, além de objetivos. Enquanto o segundo apresenta a sociologia pelo estudo da *ação social* que, deve ser dividida em tipologias. Diferentemente de Durkheim, Weber não se refere às ciências naturais como o meio de construir seus métodos de análises nem afirma ser possível encontrar leis gerais que expliquem a totalidade do mundo social. O seu interesse não é descobrir *regras universais* para fenômenos sociais, mas, ao rejeitar os estudos que descrevem fatos, ele caminha em busca de *leis causais*, mais suscetíveis de entendimento a partir da racionalidade científica.

Considerando ambas as perspectivas metodológicas, este estudo tomou como referência a análise da ação social apresentada por Weber, pois pretendeu compreender uma ação social a partir de suas regularidades, e a análise da atuação do Profissional de Educação Física no Centro de Referência de Assistência Social indicada por Durkheim por meio da observação e da compreensão de tais ações a partir de suas possíveis causas ou razões.

A ação social analisada neste estudo foi aquela desempenhada pelo profissional de Educação Física, principalmente, aquela que transcende seus propósitos ao penetrar campos profissionais menos formalizados para sua atuação como o da assistência social, à luz da ação constituída e construída na formação profissional durante a qual suas competências são desenvolvidas, e estão prescritas nos documentos reguladores desta formação.

Neste caso, realizou-se o estudo da função social do Profissional de Educação Física ao atuar nos Centros de Referências de Assistência Social de uma cidade do sul fluminense, com o objetivo de compreender a função do Profissional de Educação Física na assistência social por meio da análise da sua inserção neste serviço no município de Volta Redonda. Pretendeu-se conhecer as competências profissionais da formação em Educação Física previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e compara-las com as competências necessárias para a atuação profissional no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para isso, verificaram-se: a organização e os objetivos do Caderno de Orientações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como as ações propostas no documento e o perfil das equipes de referência do CRAS.

O presente estudo baseou-se na compreensão do conceito de função social a partir das teorias sociológicas de Durkheim e Weber e sua inserção na formação do Profissional de Educação Física por meio da análise do conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física e do Código de ética do exercício deste profissional prescrito pelo Conselho Federal da categoria profissional.

Analisou-se a Política Nacional da Assistência Social e os Centros de Referência de Ação Social - CRAS, em específico na cidade de Volta Redonda. Em seguida discutiu-se a atuação do Profissional de Educação Física no CRAS de VR a partir da observação de campo e do depoimento de profissionais da SMAC. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Volta Redonda pelo Parecer Consubstanciado nº 2.940.831 de 19 de junho de 2019.

A metodologia de pesquisa deste estudo classifica-se, de acordo com Fontenelles (2008), como uma pesquisa básica quanto à finalidade, de corte transversal e de natureza observacional cuja abordagem qualitativa utilizou-se dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, de campo e documental. A pesquisa de campo se deu por meio de entrevista a profissionais atuantes na Assistência Social, da observação da atuação de Profissionais de Educação Física na Secretaria Municipal de Ação Comunitária de Volta Redonda – RJ, e da análise do conteúdo das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação em Educação Física e do Código de Ética da profissão.

Para a análise do conteúdo dos documentos citados, utilizaram-se os conceitos de Greimas (1975) que afirma que um texto é formado por uma estrutura que articula diferentes elementos e constitui um sentido coeso e coerente, e de Bardin (2011), no qual o processo de codificação dos dados restringe-se à escolha de unidades *de registro*, ou seja, o recorte que se dará na pesquisa. Uma unidade de registro significa uma unidade a se codificar, podendo esta ser um tema, uma palavra ou uma frase.

Para esta autora o processo de enumeração de regras, ou seja, de seleção de regras de contagem, a presença de elementos ou unidades de registros (palavras, temas ou outras unidades) pode ser significativa ou, ao contrário, a ausência de determinados elementos pode bloquear ou traduzir a vontade escondida. Outros fatores cruciais nesse processo são a frequência em que aparece a unidade de registro; a intensidade medida através dos tempos dos verbos, advérbios e adjetivos; a direção favorável, neutra ou desfavorável e demais critérios associados (positivo ou negativo); a ordem estabelecida nos registros, ou seja, se o sujeito A aparece antes do B e, por fim, a concorrência, caracterizada pela presença simultânea de duas ou mais unidades de registro numa unidade de contexto.

Assim, este estudo utilizou-se do método da análise de conteúdo de Bardin (2011) e analisou quantitativamente as ocorrências de termos relativos ao radical “soci”, do latim *sociālis*, social é aquilo que pertence ou que é relativo à sociedade, entendida como o conjunto de indivíduos que partilham da mesma cultura e que interagem entre si formando assim uma *comunidade*, está sendo o objeto de estudo da sociologia e em cujo elemento fundamental está sua *função social*.

Foram selecionadas as palavras que se referem ao conceito de **social** e em seguida somados o número de vezes em que elas foram citadas no texto selecionado pela técnica da lexicometria – estudo da mensuração e matematização das possíveis relações entre as palavras e seus conceitos, no Programa Word do Office da Microsoft por meio do sistema Windows 7.0 que permitiu localizar palavras inteiras. Foram incluídos os verbos, os adjetivos no singular e no plural, no feminino e no masculino, quando fosse o caso, relativos aos substantivos. Ou seja, foram selecionadas e quantificadas todas as palavras cujo radical fosse “soci”.

Após a análise do conteúdo dos documentos citados, prosseguiram-se as análises dos conteúdos das entrevistas à luz do conceito weberiano de ação social e da tentativa da compreensão das razões das ações dos profissionais entrevistados conforme proposto por Durkheim.

### **Construindo o conceito de função social**

As primeiras uniões entre pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aquelas entre seres incapazes de existir sem o outro. (Política, I, 1253a e 1252b, 13-3)

Aristóteles (Estagira, 384aC-322aC) filósofo grego cujo pensamento mais influenciou a cultura ocidental, afirma que o homem é um animal social e a união entre os homens é de sua natureza, por ser naturalmente carente e precisar de coisas e de outras pessoas para alcançar sua plenitude. Portanto, a sociabilidade faz parte da natureza humana e está materializada na capacidade humana de se expressar oralmente.

[...] o homem é o único entre os animais que tem o dom da fala. Na verdade, a simples voz pode indicar a dor e o prazer, [...] mas a fala tem a finalidade de indicar o conveniente e o nocivo, e, portanto, também justo e o injusto; a caracterização específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras

qualidades morais, e é a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade. (Política, I 1253b, 15)

Ainda que a capacidade de falar e indicar suas qualidades morais comprova a necessidade humana natural de viver em sociedade, as sociedades não se tornaram naturalmente iguais. Analisar e compreender os fenômenos e as relações sociais que compõem os grupos sociais tornou-se tarefa das ciências sociais.

A pesquisa bibliográfica não identificou o conceito de função social mais amplo, mas a definição dos termos isoladamente: *função*, aquilo que caracteriza uma pessoa ou coisa: obrigação que se deve executar e *social*: adjetivo; sociável, que prefere estar na companhia de outras pessoas; que diz respeito à sociedade e aos cidadãos que dela fazem parte. E no sentido restrito da jurisdição como o cumprimento de uma função de objetivo coletivo, interrelacional e constitucional, relativo ao que é da responsabilidade/dever de todos; comum a todos, imposto pela Constituição. (FERREIRA, 2009)

Como primeiro objetivo deste estudo, pretendeu-se colaborar com a compreensão desta função fundamental da essência humana. Neste sentido buscou-se aqueles autores que se debruçaram sobre os fenômenos relativos à sociedade e às relações sociais como Weber e Durkheim, que muito contribuíram para a compreensão do conceito de função social.

### **Ação social**

Max Weber (1864-1920) em *Economia e Sociedade* define a ação social como todo comportamento orientado pelos outros, sendo que os outros podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas desconhecidas. Entretanto, nem toda ação é social, como, por exemplo, o choque entre dois ciclistas, a não ser que o choque entre eles gere uma *reação*, como uma discussão. Assim sendo, considera-se como ação social aquela resultante da relação entre pessoas, individual ou coletivamente. (WEBER, 2004, p.14)

Ao explicar uma ação social, Weber a classifica em quatro tipos ideais, entretanto reconhece que tais tipos conceitualmente puros de ação social foram criados para fins sociológicos cuja ação real poderá se aproximar mais ou menos de um ou mais tipos classificatórios.

Uma ação social pode ser determinada (i) *de modo racional referente a fins*, (ii) *de modo racional referente a valores*, (iii) *de modo afetivo* especialmente emocional e

(iv) *de modo tradicional:*

(i) *de modo racional referente a fins* é aquela ação orientada pelos fins, meios e consequências secundárias, isto é, ação não emocional nem tradicional, no qual toma-se um fim e este é, então, racionalmente buscado. Há a escolha dos melhores meios para se realizar um fim.

(ii) *de modo racional referente a valores* é aquela ação tomada pela crença consciente do seu valor, que pode ser ético, estético, religioso ou qualquer outra interpretação, independente do seu resultado.

(iii) *de modo afetivo* especialmente emocional é a ação tomada por afeto ou por estados emocionais atuais. A ação afetiva e a ação racional referente a valores distinguem-se entre si pela elaboração *consciente* dos seus objetivos e tem em comum o sentido da ação que não está no resultado, mas na ação em si mesma. Age de maneira afetiva quem satisfaz sua necessidade atual de, por exemplo, vingança, de gozo, de entrega, de felicidade ou de descarga de afetos (brutal ou sublimada) e age de maneira racional referente a valores aquele que age a serviço de sua convicção sobre o que lhe parece ser o dever, a dignidade, a beleza, as orientações religiosas, a piedade ou qualquer outra causa.

(iv) *de modo tradicional* é a ação tomada por costume arraigado e que está no limite da ação orientada pelo sentido, ou seja, trata-se da ação de imitação puramente reativa. Segundo Weber (2004, p.15) este tipo de ação social caracteriza a grande maioria das ações cotidianas habituais. São aquelas em que o indivíduo realiza sem perceber claramente, a menos que a deixe de realizar e então, a não realização daquela ação social provoca reações sociais que lhe darão sua percepção como, por exemplo, respeitar o sinal de trânsito e atravessar a rua na faixa de pedestres.

A classificação proposta por Weber para análise das ações sociais faz parecer haver uma graduação do nível de consciência, de intenção, ainda que moral, para as ações sociais, com maior ou menor grau de racionalidade entre elas. Neste sentido, parece apropriado compreender os fenômenos sociais a partir da compreensão das razões que o levam a ocorrer.

Na vida em sociedade podem ser observadas *regularidades* na ação social, isto é, o curso de uma ação repete-se sempre que o mesmo agente se comporte como o esperado, ou, de acordo com o sentido tipicamente homogêneo, em que a regularidade da ação permita criar expectativas baseadas na probabilidade. Deste modo, ao analisar as regularidades da ação social é possível compreender as relações sociais.

## **Relação social**

Para Weber (2004, p.16) entende-se por relação social: o comportamento reciprocamente referido quanto ao seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. O conteúdo pode ser diverso: luta, inimizade, amor sexual, amizade, piedade, troca mercantil, entre tantas outras, desde que haja uma *probabilidade* de ação socialmente indicada e um mínimo *relacionamento recíproco* entre as ações das partes. O maior determinante da relação social para Weber está no fato de que se trata do *sentido empírico visado* pelos participantes e não no *sentido normativamente “correto”* ou *metafisicamente “verdadeiro”*, entretanto um sentido recíproco poderá ser unilateral em um sentido diverso, ou seja, os participantes da relação ligam seus sentidos diferentemente, mas a ação pressupõe uma determinada atitude do parceiro, uma expectativa pela ação com consequências para o curso da ação e a forma da relação. Sendo assim, uma relação social é apenas bilateral quando há correspondência quanto ao conteúdo do sentido, segundo as expectativas médias de cada um dos participantes. Por fim, uma relação social, oriunda de uma ação social, deverá ter uma anuência recíproca em que os participantes fazem “promessas” referentes a seu comportamento futuro.

Veçamos como se comporta a expectativa da função social do Profissional de Educação Física na perspectiva das Diretrizes Curriculares Nacionais que regulam sua formação.

### **3- ANÁLISES DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DO CODIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO À LUZ DO CONCEITO DE FUNÇÃO SOCIAL.**

Para Greimas (1975) um texto é formado por uma estrutura que articula diferentes elementos e constitui um sentido coeso e coerente. Para Bardin (2011), o processo de codificação dos dados restringe-se a escolha de unidades de registro, ou seja, é o recorte que se dará na pesquisa. Uma unidade de registro significa uma unidade a se codificar, podendo esta ser um tema, uma palavra ou uma frase.

No processo de enumeração de regras, ou seja, de seleção de regras de contagem, a presença de elementos ou unidades de registros (palavras, temas ou outras unidades) pode



ser significativa ou, ao contrário, a ausência de determinados elementos pode bloquear ou traduzir a vontade escondida. Outros fatores cruciais nesse processo são a frequência em que aparece a unidade de registro; a intensidade medida através dos tempos dos verbos, advérbios e adjetivos; a direção favorável, neutra ou desfavorável e demais critérios associados (positivo ou negativo); a ordem estabelecida nos registros, ou seja, se o sujeito A aparece antes do B e, por fim, a concorrência, caracterizada pela presença simultânea de duas ou mais unidades de registro numa unidade de contexto.

Foram selecionadas e quantificadas todas as palavras cujo radical fosse “soci”, e que se referiram ao conceito de *social* pela técnica da lexicometria – estudo da mensuração e matematização das possíveis relações entre as palavras e seus conceitos, no Programa Word do Office da Microsoft por meio do sistema Windows

7.0 que permitiu localizar palavras inteiras. Foram incluídos os verbos, os adjetivos no singular e no plural, no feminino e no masculino, quando fosse o caso, relativos aos substantivos, e em seguida somados o número de vezes, neste caso, **dezenove** vezes (média de duas palavras por página), em que elas foram citadas e demonstradas pela numeração acima de cada termo.

Do latim sociālis, social é aquilo que pertence ou que é relativo à sociedade. Por sociedade se entende o conjunto de indivíduos que partilham da mesma cultura e que interagem entre si formando assim uma comunidade.

Assim, este estudo analisou quantitativamente as ocorrências de termos relativos ao radical “soci” presentes nas DCNs da graduação em Educação Física e no Código de Ética da categoria profissional.

### **As Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação em Educação Física**

A portaria nº 1.349, de 14 de Dezembro de 2018 homologa a Resolução nº 6, de 18 de Dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Educação Física. Em nove páginas, cinco capítulos e trinta e um artigos, as novas DCNs da graduação em Educação Física orientam a graduação em carga horária referencial de 3.200 divididas em duas etapas, a chamada de Etapa Comum, de formação comum para o bacharelado e a licenciatura com 1.600 horas e outra chamada de Etapa Específica para cada uma delas com igualmente 1.600 horas e a ser realizada após conclusão da etapa comum.

O Art. 3º refere à Educação Física como área de conhecimento e de intervenção

profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais<sup>1</sup> no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.

Já neste artigo é possível observar a função do Profissional de Educação Física relacionada às necessidades sociais como perspectiva de sua atuação.

No Art. 6º inciso I, o termo sociocultural aparece como um dos conhecimentos que devem ser contemplados na Etapa Comum, demonstrando a necessidade do domínio dos fenômenos sociais e culturais e sua interrelação, bem como a sua aplicação à Educação Física:

Art. 6º A Etapa Comum, cuja conclusão possibilitará a autonomia do discente para escolha futura de formação específica, contempla os seguintes conhecimentos:

I - Conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais<sup>2</sup> do ser humano (a exemplo do fisiológico, biomecânico, anatômico-funcional, bioquímico, genético, psicológico, antropológico, histórico, social<sup>3</sup>, cultural e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

Ainda no Inciso II do Art. 6º os conhecimentos das dimensões e implicações socioculturais da motricidade/movimento humano são referidos como conteúdos a serem contemplados na Etapa Comum:

II - Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais<sup>4</sup> da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física (a exemplo de fisiologia do exercício, biomecânica do esporte, aprendizagem e controle motor, psicologia do esporte e outros);

No Inciso II do Art.9º, a Etapa Específica da graduação em Licenciatura deverá considerar os aspectos do:

II - Reconhecimento da abrangência, diversidade e complexidade da educação brasileira nos diferentes níveis, modalidades e contextos socioculturais<sup>5</sup> em que estão inscritas as práticas escolares e no Inciso IV do mesmo artigo, os aspectos da mobilização efetiva de princípios que norteiam a formação inicial e continuada nacionais comuns tais como: d) compromisso social<sup>6</sup> e valorização do profissional da educação.

Ainda no mesmo artigo 9º, o Inciso VII a socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo são atribuídos aos valores inerentes à ampliação do conceito de docência como ação educativa e

com processo pedagógico intencional e metódico:

VII - Ampliação do conceito de docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização<sup>6</sup> e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Na formação específica em Licenciatura em Educação Física o Art.13 determina que deva desenvolver estudos integradores para enriquecimento curricular, com carga horária referenciada em 10% do curso, compreendendo a participação em: d) atividades de comunicação e expressão, visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social<sup>7</sup> e o Art. 14 determina que deva garantir os currículos interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação e à formação na área de políticas públicas e gestão da educação para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade.<sup>8</sup>

O Art. 16 refere-se à inclusão de atividades pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras temáticas centrais da sociedade<sup>9</sup> contemporânea.

Neste sentido, o texto demonstra a importância da inserção de um profissional comprometido com as questões sociais da atualidade.

Nas formações específicas do bacharelado, o Art.18 aponta para a importância do domínio dos conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais<sup>10</sup>, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade<sup>11</sup> plural e democrática que deverão nortear o desenvolvimento das atitudes e das habilidades profissionais.

No Item b do mesmo artigo, a realidade social é considerada objeto de pesquisa, conhecimento, compreensão, análise e avaliação para intervenção acadêmica e profissional. Esta condição fundamental da formação profissional demonstra a essencialidade da função social do Profissional de Educação Física perante a formação, à ampliação e enriquecimento cultural da sociedade:

b) pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade

social<sup>12</sup> para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões da motricidade humana e movimento humano, cultura do movimento corporal, atividades físicas, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas, da dança, visando à formação, à ampliação e enriquecimento cultural da sociedade<sup>13</sup> para a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

Ainda no Art.16 no item d, está proposta a consideração da relevância social<sup>14</sup>, cultural e econômica do alto rendimento esportivo na intervenção acadêmica e profissional em todas as manifestações do esporte. Tal perspectiva da atuação profissional está diretamente relacionada à observância da função social das atividades promovidas pela atuação do Profissional de educação física.

Na formação específica do Bacharelado em Educação Física o Inciso I do Artigo 20 recomenda os eixos articuladores do campo de intervenção da saúde cuja dimensão e implicação sociológica deve ser contemplada na saúde, no esporte e na cultura e lazer:

I - saúde: políticas e programas de saúde; atenção básica, secundária e terciária em saúde, saúde coletiva, Sistema Único de Saúde, dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica<sup>15</sup>, cultural e pedagógica da saúde; integração ensino, serviço e comunidade; gestão em saúde; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na saúde;

II - esporte: políticas e programas de esporte; treinamento esportivo; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica<sup>16</sup>, cultural e pedagógica do esporte; gestão do esporte; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de esporte; e

III - cultura e lazer: políticas e programas de cultura e de lazer; gestão de cultura e de lazer; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica<sup>17</sup>, cultural e pedagógica do lazer; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na cultura e no lazer.

No Art. 21 a etapa específica para formação do Bacharelado faz referência à formação na área de políticas públicas e gestão para o desenvolvimento das pessoas, das organizações, da economia e da sociedade<sup>18</sup>, demonstrando, mais uma vez, o papel do Profissional de Educação Física como agente transformador da sociedade.

A organização curricular do curso de graduação em Educação Física proposta no Art. 25 recomenda, dentre as atividades integradoras de aprendizado: atividades relacionadas ao uso de tecnologias de informação e comunicação (...) capazes de ampliar a abrangência com os objetos de aprendizagem, interpretar a realidade estudada e criar

conexões com o meio econômico e social<sup>19</sup>. Neste caso, está explícita a atitude reflexiva da formação do Profissional de Educação Física no sentido de perceber a realidade social e manter-se conectado a ela.

A análise do conteúdo das DCNs da graduação em Educação Física identificou forte direcionamento do papel do profissional para observância das questões sociais. Este estudo pretendeu também analisar a consonância desta formação com sua atuação, ou seja, de que forma o código de ética da profissão mantém-se voltado para a mesma perspectiva de atuação comprometida com sua função social. A seguir apresenta-se a análise do conteúdo do código de ética da Educação Física por meio da lexicometria.

### **O Código de Ética da Educação Física na perspectiva da sua função social**

O Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs está disposto na Resolução Confef nº 307 de nove de novembro de 2015. O documento consta de quatro páginas, sendo duas para a contextualização e preâmbulo do documento e duas para descrição das disposições gerais, dos princípios e diretrizes, das responsabilidades e deveres, dos direitos e benefícios, das infrações e penalidades e das disposições finais para o exercício da profissão.

O documento inicia com a apresentação das considerações acerca do código de ética pelo CONFEF que se identifica como órgão formador de opinião e educador da comunidade para o compromisso ético, moral na promoção da justiça social<sup>1</sup>, com finalidade social<sup>2</sup>, mobilizador do papel social<sup>3</sup> da categoria profissional com comprometimento de realização social<sup>4</sup> e coletiva, além das individuais.

Em seu preâmbulo, o documento se refere ao termo social por quatro vezes e são apontados como base para sua elaboração a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Agenda 21 e os indicadores da Carta Brasileira de Educação Física de 2000, todos citando o compromisso social da profissão.

No Art. 1º do Capítulo I, são tomados como referência para conduta do exercício da profissão os princípios da moral individual, social<sup>5</sup> e profissional e dentre os princípios e deveres relacionados no Art.4º está a responsabilidade social<sup>6</sup>.

No Art. 5º que trata das diretrizes para o desempenho da atividade profissional em Educação Física está o comprometimento com o desenvolvimento social<sup>7</sup> do beneficiário de sua ação.

No documento referente ao Código de Ética da Educação Física o termo social é

citado por sete vezes em quatro páginas, e, embora não tenha significância absoluta, é possível relativizá-lo ao seu sentido de ação e de relação. Em outras palavras, o termo social empregado no referido documento está atrelado ao exercício profissional e consequente e indubitavelmente à sua função social.

#### **4. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS**

A prática da assistência ao outro é antiga na humanidade, ocorre desde os tempos mais remotos e pautava-se na compreensão de que sempre existirão os indivíduos carecedores de ajuda, necessitados da caridade alheia, principalmente os pobres, doentes e incapazes. (CARVALHO, 2008)

##### **Período Colonial**

No ano de 1543 foi construído o primeiro hospital brasileiro, a Santa Casa da Misericórdia de Santos, passando a ser referência no acolhimento aos pobres. O vocábulo “misericórdia” tem sua origem no latim e significa em sentido estrito “doar seu coração a outrem” (“misere” e “cordis”). Em sentido mais amplo quer dizer “doar a quem necessita”. A Santa Casa de Misericórdia de Santos trabalhava com o objetivo de atender a este princípio, recebendo os mais necessitados para os auxílios médicos e sociais.

Nesta época a pobreza era tratada como doença. Como afirma Sposati, (2007), os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. Neste sentido, a assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o chamado binômio de ajuda médico-social, que se refletiu na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. A história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz esta trajetória inicial unificada, cabendo ressaltar que, na maioria dos países onde foram fundadas, as Santas Casas de Misericórdia se anteciparam às atividades estatais de assistência social e a saúde. (Sposati e colaboradores, 2007).

Com o passar dos anos a assistência social no Brasil permaneceu ainda, executando práticas clientelistas, conservadoras, com programas sociais estruturados na lógica da concessão e da dádiva, contrapondo-se ao direito. As heranças clientelistas e patrimonialistas

estatais impediam que se rompesse com a natureza assistencialista das políticas sociais.

### **Século Vinte: a Constituição Cidadã**

A partir dos anos 20 até a Era Vargas, o estado voltou-se para diversas questões que remetem à Assistência Social, mas até então, não se apreendia a pobreza como expressão da questão social, e sim como uma disfunção pessoal dos indivíduos.

Com a crise mundial do capitalismo em 1929, o Estado se reposicionou frente à sociedade, inserindo-se na relação capital-trabalho. Em 1930, o governo de Getúlio Vargas deu início à organização do “direito social”, na medida em que a classe trabalhadora começou a reivindicar ao Estado as suas necessidades. Nessa época, iniciou-se também, a regulamentação das relações trabalhistas e o sistema de previdência.

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência, a LBA que era dirigida pela primeira dama da República, inicialmente era voltada a congregar organizações assistenciais de boa vontade e nucleada por todo o país para atendimento às famílias dos pracinhas brasileiros. Após 1946, a LBA passou a se dedicar à maternidade e à infância, implantando postos de atendimentos pelos municípios, buscando a legitimação do Estado junto aos pobres, sendo esta a primeira grande instituição nacional de assistência social.

Com o passar dos anos a assistência social no Brasil permaneceu ainda executando práticas clientelistas, conservadoras, com programas sociais estruturados na lógica da concessão e da dádiva, contrapondo-se ao direito. As heranças clientelistas e patrimonialistas estatais impediam que se rompesse com a natureza assistencialista das políticas sociais.

Na década de 80, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, os debates sociais tornaram-se mais consistentes dando lugar à inclusão da assistência social como política integrante da seguridade social – uma espécie de sistema de proteção social em favor dos desamparados – ao lado da previdência social e da saúde.

Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, também denominada por Ulysses Guimarães de “Constituição Cidadã” e, pela primeira vez na história do país, foi reconhecido o status de direito social à assistência social, o que causou expressivo impacto no campo das políticas sociais.

A Constituição de 1988 é considerada um divisor de águas no campo dos direitos de cidadania. A nova ordem constitucional assegurou o exercício dos direitos sociais como um de seus valores supremos. A cidadania passou a ser um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, II, CRFB). Esta apresentou ainda como objetivo fundamental, dentre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da

pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.

Sendo assim, a saúde passou a ser um dever do Estado e um direito de todos, independentemente de contribuição, assim como prestar assistência social às pessoas carentes, sem exigência de contribuição, como forma de assegurar o mínimo existencial, materializando o corolário da dignidade da pessoa humana.

A Previdência Social tornou-se a única modalidade de proteção social que exige contribuição dos segurados como condição para ampará-los de futuros infortúnios sociais. A assistência, juntamente com os direitos à saúde e à previdência social, passou a formar o tripé da seguridade social.

Os anos que seguiram à promulgação da Carta Constitucional de 1988 foram marcados por um amplo processo nacional de debates e lutas para que se regulamentasse os direitos renunciados pela Constituição, mas somente em 1990 é que se reiniciou um movimento de consolidação da democracia social.

Foram aprovadas pelo Congresso várias leis regulamentadoras, dentre as quais a Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e Lei 8.042/1990 (Sistema Único de Saúde), sendo que a assistência social a última área da seguridade social a ser regulamentada.

A partir dessa Constituição, a assistência social passou a ter uma nova concepção, passando a ser tratada como política pública de direito. Com base nesta constituição, foi aprovada a LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social em 1993, ordenando a Assistência Social como política pública que tinha como objetivo garantir os direitos de cidadania.

A partir desta lei, criou-se uma nova matriz para política de assistência social passando a ser inserida no sistema do bem-estar social brasileiro. Em consonância aos preceitos constitucionais, a LOAS define em seu artigo 1º a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir atendimento às necessidades básicas.

### **Política Nacional de Assistência Social**

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabeleceu os eixos estruturantes e os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), representando um marco regulatório da política pública de Assistência Social.

A PNAS buscou incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira tornando-as responsabilidade política, efetivando a assistência social como um direito à cidadania e



responsabilidade do Estado, e abordou a proteção social articulando-a com outras políticas do campo social dirigidas à população que necessita de garantia de direitos e condições dignas de vida.

Em 2005 o Sistema Único da Assistência Social - SUAS foi aprovado, e regulamentado em 2011 pela Lei 12.435 materializando a gestão da política de assistência. Criada como um modelo de gestão descentralizada e participativa entre diversas esferas de governo e também com a participação da sociedade civil. Esse sistema regulamentou e orientou as ações socioassistenciais, projetos, serviços e programas em todo território brasileiro com foco a família e nos seus membros.

A segurança da vivência familiar e do convívio comunitário recebeu atenção especial, fortalecendo, preservando e estimulando os vínculos familiares e comunitários. Para isso, dois níveis de proteção foram garantidos no SUAS: a proteção social básica e a proteção social especial.

### **Centro de Referência de Assistência Social**

Para desenvolver as ações sobre a Proteção Social Básica criou-se então o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, cujos espaços físicos se caracterizam como porta de entrada dos usuários de assistência social.

O CRAS é um local público, prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo fortalecer a convivência familiar e comunitária das pessoas que ali frequentam.

A partir do estudo de um determinado território, o CRAS promove articulação e organização das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas possibilitando o acesso da comunidade aos serviços e benefícios dos projetos de assistência social.

Cada CRAS deve realizar o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica, além de promover a inserção das famílias nos serviços socioassistenciais locais. Cabe também ao CRAS desenvolver ações intersetoriais, encaminhando a população local para as demais políticas públicas e sociais.

O CRAS, possui uma equipe de trabalhadores responsáveis pela implementação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), de serviços e projetos de proteção social básica. Esse conjunto de trabalhadores é denominado “equipe de referência do CRAS” e sua composição é regulada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS representa um avanço no que diz respeito à profissionalização da política de assistência social, com vistas a garantir aos usuários do SUAS, serviços públicos de qualidade.

De acordo com a NOB-RH\SUAS, as equipes de referência dos CRAS são formadas por servidores efetivos e responsáveis pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, levando em consideração o número de indivíduos e famílias referenciadas ao CRAS.

A composição das equipes deve ser de categorias profissionais de nível superior, orientadas por código de ética. A composição da equipe de referência dos CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios deve obedecer aos seguintes critérios: até 2.500 famílias referenciadas – dois técnicos de nível superior sendo um Assistente Social e um Psicólogo, preferencialmente, e dois técnicos de nível médio; até 3.500 famílias referenciadas – três técnicos de nível superior sendo dois Assistentes Sociais e um Psicólogo, preferencialmente, e três técnicos de nível médio e até 5.000 famílias referenciadas – quatro técnicos de nível superior sendo dois Assistentes Sociais, um Psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, e quatro técnicos de nível médio.

Dentre os serviços desenvolvidos pela equipe de referência do CRAS e ofertados à população referenciada, ressaltamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Criado em 2013 através da Resolução Nº 1, de sete de fevereiro de 2013, trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS ofertado de forma complementar ao trabalho social com as famílias, realizado no CRAS ou em Centro de Convivência. O SCFV realiza atendimentos em grupo, oferecendo atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Tem o objetivo de fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. Possui caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.

Destina-se a atender crianças, jovens e adultos, pessoas com deficiência, pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

A equipe do SCFV é constituída por um técnico de referência do CRAS, que poderá ser o assistente social ou o psicólogo ou ainda, outro profissional que integre esta equipe do CRAS, conforme a Resolução CNAS nº 17/2011, e por orientador (es) social (is) ou educador (es) social (is), conforme a descrição apresentada na Resolução CNAS nº 9/2014.7 7.

Volta Redonda é um município de Grande porte com 5.000 famílias referenciadas para cada CRAS, de acordo com a classificação da PNAS. Possui 24 CRAS, de base territorial, localizados nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Os CRAS de Volta Redonda funcionam 40 horas semanais, 5 dias por semana, 8 horas por dia, sendo que cada um possui equipe interdisciplinar composta minimamente por dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social, um psicólogo e um orientador social, todos devem apresentar experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais, conhecimento da legislação referente à PNAS, domínio sobre os direitos sociais e atividades coletivas, experiência em trabalho interdisciplinar, conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias, favorecendo a superação das situações de vulnerabilidade das famílias usuárias dos serviços ofertados no CRAS.

Ainda em cada CRAS há um coordenador técnico de nível superior servidor público efetivo do município, além das características da equipe multidisciplinar, este profissional deve possuir experiência de coordenação de equipes, com habilidade de comunicação, de estabelecer relações e negociar conflitos, com boa capacidade de gestão, em especial para lidar com informações, planejar, monitorar e acompanhar os serviços socioassistenciais, bem como de gerenciar a rede socioassistencial local.

Além dos profissionais citados, dois advogados atendem os 24 CRAS de acordo com a demanda apresentada, contribuindo para uma ampliação do acesso aos direitos, com atuação predominantemente consultiva, mediadora e conciliadora.

Finalmente, há quatro facilitadores, com escolaridade de nível superior ou médio, que também percorrem os 24 CRAS de acordo com a agenda semanal, realizando as oficinas de lazer, esporte, arte e cultura, atualmente, há dois Profissionais de Educação Física atuando como facilitadores nos CRAS de Volta Redonda, entretanto é de conhecimento que em período passado recente havia no mínimo um Profissional de Educação Física atuando em cada CRAS.

Embora a cidade de Volta Redonda seja classificada como Grande Porte, que significaria ter 5.000 famílias referenciadas a cada CRAS, embora seja assim, os 24 CRAS da

cidade não atendem a este contingente, neste sentido a equipe é reduzida a dois técnicos de nível superior.

## **5. ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: percepções do campo**

Parte deste estudo se desenvolveu por meio de visitas técnicas e entrevistas a profissionais atuantes na assistência social do município de Volta Redonda expostas a seguir.

### **Entrevista 1**

Segundo a psicóloga e Coordenadora Técnica do Departamento de Proteção Social Básica – DPB há três anos, o Profissional de Educação Física não consta no quadro de profissionais do organograma da Secretaria Municipal de Ação Comunitária - SMAC de Volta Redonda, sendo que, atualmente, é a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL a responsável pela contratação deste profissional. Entretanto, a SMAC-VR utiliza-se do esporte como ferramenta de intersectorialidade para a promoção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e idosos, articulando atividades físicas e esportivas com a SMEL. Por meio desta parceria, professores da SMEL atuam em alguns CRAS, como o do bairro Três Poços, do bairro Candelária e do bairro Caieiras como as principais referências desta articulação. Ao analisar a atuação interprofissional, a Coordenadora afirma: qualquer profissional que trabalha em uma política pública, necessariamente tem que trabalhar com as outras políticas públicas para que um possa complementar o trabalho do outro, então, a Assistência depende do esporte e lazer como de outras políticas públicas.

Os CRAS ofertam à população referenciada, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV, de forma complementar ao trabalho social realizado com as famílias. O SCFV realiza atendimentos em grupo, oferecendo atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras. Para desenvolvimento das atividades citadas, a normativa (Resolução CNAS nº 9/2014.7) recomenda a contratação de profissionais de nível médio, denominados orientadores sociais. Todo CRAS que desenvolve SCFV possui um orientador social, que realiza atividades grupais por ciclos de vida. Para auxiliar o orientador social existem os facilitadores, que se revezam entre os CRAS para desenvolver atividades como música, *rugby*, violão, dança e outros. A coordenadora ressalta que hoje possui um orientador por CRAS, mas não tem nenhum profissional de Educação Física nessa função, somente como facilitadores. Cada facilitador tem na sua agenda cinco CRAS distribuídos nos

cinco dias da semana, trabalhando o dia inteiro em cada CRAS. O facilitador não está na normatização, fica a critério do município contratar ou não, pois essa função não é obrigatória. Já o orientador social é profissional obrigatório na execução do SCFV. Ambos são contratados pela PMVR por RPA (Recibo de Pagamento Autônomo), CLT ou concursados/estatutários.

O orientador social executa atividades grupais que envolvem temáticas transversais com a política de assistência social, com foco sempre na garantia de direitos, produção de cidadania e de protagonismo dessas pessoas enquanto sujeitos de direito. Este indivíduo trabalha com temas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, violação de direitos, função do vereador, e outros. A Coordenadora afirma que outra função do orientador é a execução do planejamento das atividades em parceria com o técnico de referência. Os técnicos são os psicólogos e os assistentes sociais responsáveis pelo acompanhamento das famílias no âmbito da assistência social.

Os CRAS avaliam quais oficinas são importantes naquela localidade, para aquele público. As oficinas podem ser de lazer, esporte, arte e cultura e são desenvolvidas pelos facilitadores. O facilitador, quando é Profissional de Educação Física, desenvolve a atividade de futebol para as crianças e adolescentes, sem utilizar a teoria, porque o objetivo é estimular a convivência, a parceria e o trabalho em equipe. Semestralmente as oficinas são reavaliadas e remanejadas de acordo com a demanda apresentada.

A Coordenadora avalia que o profissional de Educação Física é importante porque o esporte e as atividades recreativas são de interesse das crianças e adolescentes, sendo uma importante ferramenta de trabalho. No entanto, essa articulação precisaria estar mais aprimorada entre as secretarias, entre as políticas públicas, então, não necessariamente ter o profissional instituído como equipe da assistência, mas ter uma articulação maior.

## **Entrevista 2**

A Profissional de Educação Física relata que quando começou a trabalhar no CRAS em 2013, as crianças eram muito rebeldes, batiam, xingavam, brigavam muito, eram as crianças do empreendimento Minha Casa Minha Vida, mas tinham outras crianças do bairro também, eles só falavam em drogas e a maioria dos pais estavam presos. Havia crianças malvestidas, sujas, com fome, algumas até mexiam no lixo para procurar comida, entretanto eles apresentaram mudanças após uma parceria com a escola.

A Profissional afirma que conheceu duas crianças em um CRAS, que ela ajuda a

cuidar porque o pai foi preso por tráfico. Na ocasião, ela as buscava na escola e as levava para o CRAS. Certo dia, conta Andrea:

(...) ao fazerem uma roda onde eles contavam suas novidades, pois eles tinham mais ou menos seis anos, um deles me disse: tia, sabia que meu pai foi preso porque fumou maconha? E isso despertou a curiosidade das outras crianças, e eu conversei, expliquei o que era e a qual caminho isso levava, que não era legal. Outros CRAS tinham meninas de 12, 13 anos que não queriam estudar, só queriam saber de namorar, outras já vinham para o CRAS com o namorado, vinham meninas grávidas. E eu sempre conversava com eles, e isso foi de grande importância, os alunos traziam outros colegas para treinar, e participar de outras atividades também. Tive muita experiência, os pais, quando me conheceram, me apoiaram bastante e passaram a levar as crianças para participar, eu também levava outras pessoas da capoeira para eles verem, eles gostavam bastante e aprendiam também.

A Profissional nos conta, também que conseguiu despertar nas crianças o interesse sobre a história da capoeira, sobre o passado, sobre a história do Brasil, dos escravos, e muitos despertaram interesse pela expressão artística e desenhavam os capoeiristas. Ela nos revela que trabalhou com o tema da religião também, pois algumas crianças contavam que os pais falavam que a capoeira era macumba, mas ela sempre falava que capoeira não era uma religião, ela relata:

(...) dei várias explicações e eles entenderam e foi muito legal. Eu contei sobre a origem africana da dança maculelê, samba de roda, cada dia que entrava um aluno diferente eu pedia para uma das crianças para falar um pouco sobre o que haviam aprendido ou o que eles tinham entendido e logo um começava a falar, outro continuava a história e eles gostavam bastante.

### **Desenvolvendo outras atividades**

A Profissional revela que o trabalho infantil é rotina na vida das crianças atendidas no CRAS. Muitas das crianças só podiam ir para atividades do CRAS depois que limpassem casa ou arrumassem cozinha. Ela, então aconselhava que tinha que ajudar a mãe, mas havia crianças que não podiam ir ao CRAS porque precisavam cuidar do irmão menor. Ela, então, pedia à orientadora para que autorizasse a levar o irmão menor.

Ela desenvolveu várias atividades dentro da Educação Física, ela dava aula de ginástica, fez grupo de dança, treinava movimentos acrobáticos dentro da ginástica, e as crianças aprenderam rolamento, a fazer estrela, muitas outras coisas como o festival de música. Ela conta que havia um CRAS em que eles eram muito envolvidos com folia de reis, então fizeram máscaras, citavam muitos versos da folia, e fizeram até um campeonato

de versos, de quem falava mais. Ela diz: era bem lúdica a minha aula para eles ficarem animados, eu dava um tempo de capoeira, depois deixava eles jogarem vôlei, queimada, futsal, era o que eles mais gostavam, tanto os meninos quanto as meninas.

### **A transformação profissional**

A Profissional conta como mudou desde que chegou: quando eu cheguei no CRAS, eu queria dar uma aula de capoeira mais técnica, com formação e depois vi que não era nada disso, (...) não estamos ali para formar nenhum profissional, aprendi muita coisa, cada criança diferente, cada bairro diferente, foi muito bom para o meu aprendizado, tive uma outra visão, com certeza.

## **6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os dados levantados neste estudo puderam ser analisados conforme a perspectiva metodológica que pretendeu compreender uma ação social a partir de suas regularidades, e a análise da atuação do Profissional de Educação Física no Centro de Referência de Assistência Social indicada por Durkheim por meio da observação e da compreensão de tais ações a partir de suas possíveis causas ou razões.

Com base na compreensão da ação social e das relações sociais, a análise do documento que norteia a formação (DCNs) e a conduta profissional (Código de Ética) do Profissional de Educação Física, presentes no item 2 do texto deste estudo, aponta para uma forte orientação para a questão social. Os termos: necessidades sociais, compromisso social, responsabilidade social, socialização, vida social e organização da sociedade, dimensões e implicações sociológicas.

Da mesma forma, o código de ética da profissão de Profissional de Educação Física há diversas referências ao termo social, como o compromisso com a promoção da justiça social, como mobilizador do papel social da categoria social e com o comprometimento de realização social e coletiva. Tais expressões, inseridas no texto do documento, explicitam e legitimam o papel e a função social do Profissional de Educação Física.

Considerando-se que uma ação social seja todo comportamento orientado pelos outros e tomando como referência o conteúdo das entrevistas, é possível observar uma significativa associação entre a prática profissional do Profissional de Educação Física no CRAS de Volta Redonda e sua função legitimadamente social. A Coordenadora do DPB

afirma claramente que a SMAC-VR utiliza-se do esporte como ferramenta de intersectorialidade para a promoção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e idosos, articulando atividades físicas e esportivas com a SMEL. Tais palavras resumem a qualidade do Profissional de Educação Física como agente transformador da realidade.

Ainda, segundo a Coordenadora, o facilitador, quando é Profissional de Educação Física, desenvolve a atividade de futebol para as crianças e adolescentes, sem utilizar a teoria, porque, em suas palavras, o objetivo é estimular a convivência, a parceria e o trabalho em equipe, portanto protagonista de uma ação social materializada na sua conduta profissional.

Para além das mudanças apontadas pela Profissional Andrea no comportamento das crianças por ela atendidas, observa-se na conduta da Profissional de Educação Física Andrea, sua própria transformação a partir da experiência com as crianças do CRAS. Ela demonstra claramente que precisou reorganizar suas práticas profissionais ao perceber o contexto de vida daquelas crianças, porque seus objetivos iniciais não as atenderiam nem quanto às suas expectativas, nem quanto às suas necessidades.

Neste sentido, tomando como referência o conceito de relação social exposto neste estudo, como sendo o comportamento reciprocamente referido quanto ao seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência, pode-se inferir que há uma relação social entre o Profissional de Educação Física e seus alunos, assim como entre seus gestores, o que o torna um agente da função social, conceito intrinsecamente compartilhado por todos.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um profissional é aquele indivíduo que passou por treinamento em Instituição de Ensino superior, cuja formação, regulada pelo Estado, confere um grupo de tarefas exclusivas de sua expertise e cujo exercício é controlado por órgão fiscalizador. Neste sentido, o Profissional de Educação Física é profissional que atua em campo específico e dispõe de escopo de prática, que embora seja delimitado, é possível ser expandido a outras áreas como a assistência social.

A análise da formação e da conduta profissional do Profissional de Educação Física norteadas por seus órgãos reguladores demonstra sua abrangência relativa à questão social. Assim como, a análise do conteúdo das entrevistas a profissionais da assistência social da



cidade de Volta Redonda – RJ à luz da teoria da ação social e da relação social, com objetivo de construção de um conceito de função social que fundamenta este estudo, também demonstra o papel de transformador da realidade social, em outras palavras, sua função social.

Embora o Profissional de Educação Física não seja mencionado nos documentos da Políticas Nacional de Assistência Social, este estudo verificou que, não apenas este profissional atua regularmente no campo da assistência social, como também está por ele fortemente legitimado.

Percebe-se, então, que a importância do Profissional de Educação Física no Centro de Referência e Assistência Social vai além daquela de proporcionar a prática de atividade física, mas através do diálogo e atuação pluridisciplinar com outros profissionais que estão presentes no CRAS e além de incentivar as famílias que ali frequentam, desenvolvendo ações sociais com efeitos psicológicos e afetivos.

Finalmente, pode-se concluir que a questão social está claramente atrelada e socialmente legitimada ao exercício profissional do Profissional de Educação Física, não apenas quando atua na assistência social, mas, ao que parece, em toda sua trajetória desde a sua formação que contém aspectos que o fazem pensar o todo social através dos conceitos como cooperação, integração, proporcionando assim, novas vivências, desenvolvendo também respeito e autonomia entre as pessoas até a sua posterior atuação em diferentes locais no mercado de trabalho, e trabalhando as questões sociais através do esporte, oferecendo oportunidades significativas mostrando a Educação Física no processo de integração.

Este estudo pretendeu contribuir com concepção da expansão do campo de prática e de sua função social.

## REFERENCIAS

- ABBOTT, Andrew. *The System of Professions. Na Essay on Division of Expert Labor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- ARISTÓTELES. **Política**.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Perguntas

- frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Brasília-DF, 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Política Nacional de Assistência Social Pnas/ 2004, Brasília-DF, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, MDS, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (Cras). Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. Brasília: MDS, 2009.
- CARVALHO, Graziella. A assistência social no Brasil: da caridade ao direito. Monografia apresentada ao Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do Título de Bacharel em Direito, 2008.
- Cnonselho Federal de Educação Física. Resolução Confef nº 307, de 9 de novembro de 2015. Dispõe sobre o código de ética dos profissionais de educação física registrados no Sistema CONFEF/CREFs [Internet]. Diário Oficial da União. Brasília; 19 nov 2015
- COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.
- DISTRITO FEDERAL (unidade federativa), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): Orientações técnicas. Brasília, 2013.
- DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Aurélio do Século XXI**. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido; ensaios semióticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Parecer CNE/CES 06/2018*, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Brasília, 2018.
- SPOSATI, Aldaíza et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 9º. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. **São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2004.**